



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Fundamentos.

INTENÇÃO DE RUPTURA COM O TRADICIONALISMO NO SERVIÇO SOCIAL: RELEVÂNCIA HISTÓRICA E ATUALIDADE

Bruna Hávilla Lino Dantas¹
Maria da Guia da Silva Monteiro²

Resumo: Este artigo propõe a análise da atualidade da Intenção de Ruptura com o tradicionalismo, enfatizando sua importância histórica e necessidade de fortalecimento. Resgatamos a trajetória do Serviço Social brasileiro, a partir da hegemonia do posicionamento crítico, e da afirmação do Projeto Ético-Político Profissional, bem como os dilemas e desafios do atual contexto sociopolítico.

Palavras-chave: Intenção de Ruptura ; Serviço Social; Projeto Ético-Político Profissional.

Abstract: This article proposes the review of the present of the Intention of Rupture with the traditionalism, emphasizing your historical importance and the need for strengthening. We rescued the trajectory of the Brazilian Social Work, from the hegemony of critical positioning, and the affirmation of the Professional Ethical-Political Project, as well as the dilemmas and challenges of the actual sociopolitical context.

Keywords: Intention of Rupture; Social Work; Professional Ethical-Political Project.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz um resgate histórico e reflexivo acerca do surgimento e afirmação dessa vertente no interior do Serviço Social brasileiro, a qual emerge em meados da década de 1970, diferenciando-se das demais alternativas propostas até então, por ter uma evidente oposição à autocracia burguesa e às práticas conservadoras, e pautar o rompimento com o tradicionalismo nas práticas profissionais.

A emergência dessa vertente se dá em um cenário político-social contextualizado pela crise da ditadura civil-militar, no ápice de seu autoritarismo e repressão. Sua base é a categoria universitária, tendo como pioneira a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG), no ano de 1972. Em plena vigência da ditadura civil-militar, uma parcela da categoria já buscava redefinir elementos teóricos para subsidiar suas práticas profissionais, com um viés marxista, porém, como afirma Netto (2015) um marxismo sem Marx. Sua historicidade se dá em três

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal da Paraíba. E-mail: <brunahavilla@gmail.com>.

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal da Paraíba. E-mail: <brunahavilla@gmail.com>.

momentos, que são a *emersão* (1972-1980), a *consolidação acadêmica* (1982-1983) e o *espraiamento* sobre a categoria profissional (pós-84).

Dessa forma, a nossa pretensão é aludir a processualidade histórica dessa perspectiva, que constitui a terceira vertente no processo de renovação do Serviço Social brasileiro, e ressaltar sua atualidade e importância no atual cenário sociopolítico brasileiro. Aqui, fazemos ressalva ao marco histórico do processo de renovação da profissão, como o método de BH, desenvolvido por profissionais da UCMG, em 1972, resguardando o seu legado, que buscou ampliar o espaço profissional buscando ganhar autonomia profissional, além disso, trabalhamos a consolidação da crítica, que se deu na década de 1980 graças aos estudos de Iamamoto e Carvalho.

1 A PERSPECTIVA DE INTENÇÃO DE RUPTURA COM O TRADICIONALISMO NOS MARCOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA

É no marco da sociabilidade do capital que emerge a luta de classes entre capital/trabalho, cujo Estado passa a intervir nas expressões da “questão social”, a qual se expressa na produção e reprodução das relações sociais. Dessa forma, a gênese do Serviço Social no Brasil, datado entre as décadas de 1930 e 1940, ocorre por meio da necessidade de intervir nessas expressões, que são acirradas e aprofundamento pelo avanço do modo de produção capitalista.

Essas expressões da questão social, próprias da sociabilidade capitalista, são, como apontam Carvalho e Iamamoto (2005):

(...) as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (CARVALHO; IAMAMOTO, 2005, p.77).

O Serviço Social inicialmente é demandado por uma classe (classe burguesa) para atender as necessidades da outra classe (proletariado), e nesse processo, se configura o perfil profissional dos/as assistentes sociais, os quais estavam diretamente vinculados a Igreja Católica, pois ele tem sua gênese no terreno dessa instituição. Com isso, as bases teórico-metodológicas e ideológicas do Serviço Social foram pautadas pelo viés conservador, de base filosófica do neotomismo e, da perspectiva teórica do positivismo.

Contudo, esse perfil profissional baseado nos princípios da doutrina da Igreja Católica, entre os anos de 1960-1970, encontra espectros de mudança em suas bases teóricas e filosóficas, e a partir do acúmulo e das mediações realizadas pelos

profissionais inseridos nos espaços de formação da categoria, por meio da tradição literária marxista, mas também, pelo processo de erosão da autocracia burguesa.

O processo de Intenção de Ruptura com o tradicionalismo no Serviço Social brasileiro está situado historicamente no processo de Renovação do Serviço Social, que emergiu em meados da década de 1970, no contexto de ditadura civil-militar duramente repressiva. Essa perspectiva se inscreve no quadro da estrutura universitária brasileira, tendo como cenário a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, que representava um espaço aberto às discussões e articulações de enfrentamento à autocracia burguesa. A perspectiva de Intenção de Ruptura aparece com um evidente caráter de oposição, como formula Netto (2015):

Nas suas expressões diferenciadas, ela confronta-se com a autocracia burguesa: colidia com a ordem autocrática no plano teórico-cultural (os referenciais de que se socorria negavam as legitimações da autocracia), no plano profissional (os objetivos que se propunha chocavam-se com o perfil do assistente social requisitado pela 'modernização conservadora') e no plano político (suas concepções de participação social e cidadania, bem como suas projeções societárias, batiam com a institucionalidade da ditadura). O fato central é que a perspectiva da Intenção de Ruptura, em qualquer das suas formulações, possui um ineliminável caráter de oposição em face da autocracia burguesa, e este tanto a distinguiu – enquanto vertente do processo de renovação do Serviço Social no Brasil – das outras correntes profissionais quanto respondeu pela referida trajetória. (NETTO, 2015, p.316).

Em síntese, essa perspectiva apresentava uma oposição à dominação autocrática burguesa fazendo uma súpula crítica ao autoritarismo. Além da negação ao tradicionalismo no tocante ao exercício e a formação profissional. Uma crítica radical, evidenciando seu caráter de oposição ao que estava posto, e formulando um perfil de ruptura que se mostra embasado e qualificado para enfrentar os traços conservadores sob os quais a profissão nasce. E é preciso evidenciar que por meio do processo de reabertura democrática no âmbito do projeto societário, que a perspectiva crítica do Serviço Social encontra solo fértil para aliar-se, as lutas mais gerais da classe trabalhadora e, se posicionar enquanto uma profissão inserida na divisão social e técnica no trabalho, que precisava redirecionar seu papel social e reconstruir seus aportes legais centrados numa direção política e de classe. Nesse momento, a categoria coletivamente, redefine seu posicionamento político junto à classe trabalhadora.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social, resultado da renovação do Serviço Social enquanto processo, passa a ter maior densidade na categoria no final dos anos 1970 e início de 1980, com a crescente crítica às práticas conservadoras e tradicionais presentes no exercício profissional. Os métodos utilizados até então seguiam o

modelo reproduzido nas escolas europeias e norte-americanas, vistos como distanciados da realidade social brasileira e preservadores da ordem por aqueles/as que faziam oposição aos mesmos. Nas palavras de Iamamoto (2007) esse processo da

[...] ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade de ação profissional do/a assistente social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca-se colocar-se, objetivamente a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade (IAMAMOTO, 2007, p. 37).

O enraizamento do Projeto tem sido difundido especialmente pelas entidades organizativas do Serviço Social como Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), por meio da graduação, pós-graduação, grupos de pesquisa, Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social e pelo arcabouço jurídico acumulado no interior da profissão e em legislações gerais que subsidiam a intervenção profissional. Essas entidades têm efetivado iniciativas primordiais na defesa estratégica da democracia dos direitos.

No entanto, o cenário que marca o desenvolvimento do Brasil no período onde o PEPSS tem sua efervescência é extremamente contraditório. Com ideais que vão de encontro à direção hegemônica da profissão, o neoliberalismo surge com a forte ênfase no individualismo, na lógica financeira e contábil que reproduzem e aprofundam as desigualdades sociais e propiciam a concentração de terra e riqueza nas mãos da burguesia brasileira. Isso traz diversos impactos a defesa da emancipação humana, por exemplo, esboçada no Código de Ética do/a Assistente Social de 1993 – vigente até então.

Um dos principais desafios é a manutenção do horizonte de luta proposto coletivamente pela categoria, já que a conjuntura dificulta a estratégia de estabelecer as mediações sem perder de vista à emancipação humana e os limites da sociabilidade capitalista. Como assevera Santos (2009),

No universo teórico-político do Serviço Social brasileiro temos um debate acumulado que nos possibilita transitar com radicalidade na defesa intransigente dos direitos sem ceder a qualquer tipo de ilusão sobre as condições sócio-históricas postas pela sociabilidade do capital, especialmente nos dias atuais, época de regressão de direitos e avanço de desvalores e experiências objetivas de degradação da vida humana, como desemprego e violência. Exatamente por isso em nosso projeto ético-político profissional sinalizamos que a defesa dos direitos e da democracia constitui um campo de ação estratégica. (...). É importante “reapropriar-se” de uma leitura crítica da realidade que considere o debate histórico (as lutas sociais, os sujeitos e suas reivindicações) e o debate ontológico (o que é esta sociedade, como se estrutura, apanhar as contradições entre sociabilidade e individualidade) (SANTOS, 2009, p. 106-107).

A conjuntura política que vem sendo consolidada, mesmo com toda resistência dos que lutam por outra sociabilidade diferente do capital, é a que se estrutura sob a perspectiva do neoliberalismo, cujo se caracteriza por um viés perverso, no que diz respeito ao ataque aos direitos socialmente conquistados pela luta de classes na sociedade brasileira, um forte desmonte das políticas que compõem a seguridade social, o desemprego em massa, uma racionalidade subjetiva no que diz respeito, ao modo de vida dos sujeitos na produção e reprodução das relações sociais, marcadas pela competitividade e o individualismo.

Logo, aspectos que considerávamos termos superados, como por exemplo o “trato” que era colocado para atender as expressões da “questão social”, atualmente estão sendo reeditados em condições mais decadentes que antes.

Então no Brasil, há uma forte tendência, no desenvolvimento do papel coercitivo do Estado em transformar a “questão social” em caso de polícia, perpassando também, as inseguranças³ contemporâneas do trabalho. Com isso, a classe trabalhadora tem seu potencial de combatividade fragilizado, e nesse contexto regressivo, o neoliberalismo surge como modelo de Estado. Acerca da necessidade e importância da resistência frente ao avanço do capital, Cisne (2008) aponta que

na vivência da barbárie humana, precisamos, mais do que nunca, afirmar a necessidade da emancipação humana, perspectiva com a qual o Projeto Ético-Político de Serviço Social filia-se. (...) Temos clareza, porém, de que não podemos ter a luta por direitos como um fim, de modo a nos restringir aos limites da sociedade burguesa. (CISNE, 2008, p. 75).

A citação acima sintetiza a necessidade de fortalecimento e enraizamento do nosso projeto ético-político, entendendo a sua importância e a sua vinculação com outro projeto de sociedade. Como já discutimos, o Serviço Social pauta o seu redirecionamento ético-político em meio às lutas pela redemocratização do país, e um grande marco nesse processo é o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, conhecido como Congresso da Virada, que ocorreu em 1979. A partir dele, assinamos o nosso compromisso com a classe trabalhadora. Mas, durante governo Lula⁴ o Projeto Ético-Político do Serviço Social passa por algumas polêmicas. Tendo em vista que esse governo deu continuidade à política neoliberal implantada pelos governos de

³ A partir da reestruturação produtiva do capital, algumas mudanças na divisão do trabalho são feitas no sentido de diversificar as formas de exploração. Tais inseguranças se materializam através da perda de direitos trabalhistas, no desemprego estrutural, etc.

⁴ O Governo Lula (2003-2010) corresponde ao período em que o candidato do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, esteve à frente da presidência do Brasil. Iniciando-se 1 de janeiro de 2003 e perdurando até o final de 2010.

Collor⁵ e FHC⁶. Algumas características como a cooptação dos movimentos sociais, sindicatos e desarticulação dos trabalhadores fizeram parte da realidade brasileira após 2003. Dessa forma, percebemos que o Partido dos Trabalhadores perde seu caráter de luta classista para assumir o papel de competidor no mercado eleitoral.

A autora Cisne (2008), frente a essa realidade faz a seguinte metáfora: “Toupeiras por um mundo novo: a viabilidade e a necessidade de um projeto ético-político”, ressaltando que apesar das adversidades históricas, ainda encontramos sujeitos coletivos que têm persistido na luta. E por isso ela coloca que a categoria profissional, comprometida com a classe trabalhadora, deve lutar pela defesa e pelo enraizamento do nosso projeto Ético-Político, caminhando no sentido de reafirmar a reafirmação da direção estratégica da profissão.

As transformações sociais contemporâneas, postas a partir do neoliberalismo, que obedecem à lógica do capital financeiro, têm colocado em questão os direitos sociais conquistados ao longo da história pelo conjunto dos trabalhadores. Os principais ataques incidem diretamente sob essa classe que sobrevive mediante a relação de venda da sua força de trabalho. Diante disso, a categoria de assistentes sociais recebe de forma particular esses impactos postos cotidianamente, de maneira individual e coletiva, colocando para a categoria a necessidade de fortalecimento e enraizamento do projeto ético-político profissional.

Frente a essa realidade de agravamento e o surgimento de novas expressões da “questão social”, o Serviço Social como a se consolidar enquanto uma profissão crítica, especialmente a partir de 1979. No que diz respeito ao Serviço Social temos um Projeto Ético-Político que se vincula aos interesses da classe trabalhadora, bem como a outro projeto de sociedade.

3 O CONGRESSO DA VIRADA 40 ANOS DEPOIS E A ATUALIDADE DO SEU LEGADO HISTÓRICO

Na conjuntura brasileira do descenso das lutas de esquerda, que se dá em função da continuidade da política econômica neoliberal e o revisionismo teórico-político, responsável pela cooptação de importantes setores da luta sindical, no contexto do governo Lula, têm provocado repercussões no Serviço Social. Uma das

⁵ O Governo Collor, popularmente conhecido como Era Collor, foi iniciado com a posse de Fernando Collor de Mello, em 15 de março de 1990, ao cargo de presidente da República. O Governo perdurou até 2 de outubro de 1992, em função do seu afastamento após a aprovação do impeachment em 29 de setembro. Collor foi o primeiro presidente eleito pelo povo popular direto desde 1960.

⁶ O Governo Fernando Henrique, conhecido por Governo FHC, teve início com a posse da presidência por Fernando Henrique Cardoso, em 1 de Janeiro de 1995, e terminado em 1 de janeiro de 2003.

tarefas postas, em um momento em que se acredita no capitalismo como fim da história, é a de evitar o fatalismo e o voluntarismo, mantendo a preocupação constante com a construção de lutas sociais gerais comprometidas com a emancipação humana.

De acordo com a teoria gramsciana, o estado desempenha um duplo papel: repressivo e integrador, em detrimento disso, surge a forte necessidade de se construir uma contra-hegemonia, que vá de encontro com a lógica burguesa. No Brasil, há uma forte tendência, no desenvolvimento do papel coercitivo do Estado em transformar a “questão social” em caso de polícia, perpassando também, as inseguranças⁷ contemporâneas do trabalho. Com isso, a classe trabalhadora tem seu potencial de combatividade fragilizado, e nesse contexto regressivo, o neoliberalismo surge como modelo de Estado. Acerca da necessidade e importância da resistência frente ao avanço do capital, Cisne (2008) aponta que

na vivência da barbárie humana, precisamos, mais do que nunca, afirmar a necessidade da emancipação humana, perspectiva com a qual o Projeto Ético-Político de Serviço Social filia-se. (...) Temos clareza, porém, de que não podemos ter a luta por direitos como um fim, de modo a nos restringir aos limites da sociedade burguesa. (CISNE, 2008, p. 75).

A citação acima sintetiza a necessidade de fortalecimento e enraizamento do nosso Projeto Ético-Político, entendendo a sua importância e a sua vinculação com outro projeto de sociedade. Como já discutimos, o Serviço Social tem seu direcionamento mudado em meio as lutas pela redemocratização do país, e um grande marco nesse processo é o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, conhecido como Congresso da Virada, que ocorreu em 1979. A partir dele firmamos o nosso compromisso com a classe trabalhadora.

No entanto, o nosso compromisso com a classe trabalhadora encontra-se a todo o momento tensionado pelos elementos conjunturais que divergem dos princípios que norteiam os aportes legais da profissão, que estão direcionados para um horizonte em busca da emancipação dos sujeitos frente aos ideais do projeto neoliberal, que cada vez mais encontra solo fértil para seu desenvolvimento e fortalecimento.

Contudo, a resistência vem sendo tecida pela categoria no sentido de se contrapor a naturalização da barbárie que adentra todas as esferas da vida social, esse enfrentamento se organiza, em especial, nos seus espaços coletivos, como as entidades representativas da profissão, a saber: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Conjunto do Conselho Federal e dos

⁷ A partir da reestruturação produtiva do capital, algumas mudanças na divisão do trabalho são feitas no sentido de diversificar as formas de exploração. Tais inseguranças se materializam através da perda de direitos trabalhistas, no desemprego estrutural, etc.

Conselhos Regionais (CFESS/CRESS) e a Executiva Nacional dos/as Estudantes de Serviço Social (ENESSO). E o processo da resistência é fruto da luta histórica e construção da identidade ético-política do Serviço Social, como aponta Barroco (2011):

Se temos uma herança conservadora, temos também uma história de ruptura: um patrimônio conquistado que é nosso, mas cujos valores, cujas referências teóricas e cuja força para a luta não foram inventadas por nós. Trata-se de uma herança que pertence à humanidade e que nós resgatamos dos movimentos revolucionários, das lutas democráticas, do marxismo, do socialismo, e incorporamos ao nosso projeto (BARROCO, 2011, p.215).

Mais do que nunca, é fundamental olhar para a história e fortalecer o legado crítico do Serviço Social, e em especial esses espaços de organização, que trabalham articulados, garantido que a direção estratégica da profissão continue tendo legitimidade na atual conjuntura. Ao longo da trajetória na vertente crítica, a categoria tem mostrando a relevância da luta social articulada com os vários segmentos organizados da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p.205-218, abr/jun 2011.

CISNE, Mirla. **Resistência de Classe no Brasil Contemporâneo: mediações políticas para o enraizamento do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Revista ABEPSS- Ano VIII- Nº 16-2008.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 9ª. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. – 17.ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Resistir à barbárie: afirmando o Projeto Ético – Político no contexto das lutas sociais no Brasil e na América Latina. IN: **Conferências e deliberações do 35º Encontro Nacional CFESS/CRESS** Brasília – DF, 2009.